

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

VICENTE DE AZEVEDO BASTIAN CORTESE

**TRADUZINDO CONFLITOS E ENUNCIANDO DIREITOS: a 1ª Junta de
Conciliação e Julgamento de Porto Alegre como espaço de disputa por direitos
trabalhistas (1941-1943)**

Porto Alegre
2017

VICENTE DE AZEVEDO BASTIAN CORTESE

**TRADUZINDO CONFLITOS E ENUNCIANDO DIREITOS: a 1ª Junta de
Conciliação e Julgamento de Porto Alegre como espaço de disputa por direitos
trabalhistas (1941-1943)**

Trabalho apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em Direito da UFRGS,
como requisito parcial para a obtenção do
título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo De Jesus Dal Molin Flores.

Porto Alegre
2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BMTIC	Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
CINFA	Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho.
CMC	Comissões Mistas de Conciliação.
CNT	Conselho Nacional do Trabalho.
CRT	Conselho Regional do Trabalho
DET	Departamento Estadual do Trabalho
DNT	Departamento Nacional do Trabalho
FIESP	Federação das indústrias do Estado de São Paulo
JCJ	Junta de Conciliação e Julgamento
TRT	Tribunal Regional do Trabalho.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
1 APRESENTAÇÃO DO ESTADO DA ARTE E DAS PREMISSAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	11
1.1 CONCLUSÃO QUANTO AO ESTADO DA ARTE	40
1.2 CONCLUSÃO QUANTO A QUESTÕES DE MÉTODO.....	43
2 A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL.	61
3 PROCESSOS DA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO (1941-1943)	81
3.1 AVISO PRÉVIO E INDENIZAÇÃO POR DESPEDIDA87	
3.2 FÉRIAS	97
3.3 REDUÇÃO DE TRABALHO E REDUÇÃO DE SALÁRIO115	
3.4 SUSPENSÃO INJUSTA.....	122
3.5 SALÁRIO MÍNIMO.....	130
3.6 POSIÇÃO DA 1ª JCJ DE PORTO ALEGRE: PRÓ EMPREGADOR OU PRÓ EMPREGADO?.....	136
4 CONCLUSÃO.....	142
REFERÊNCIAS.....	145

RESUMO

O trabalho aqui exposto pretende explorar a repercussão, nos anos iniciais da Justiça do Trabalho no Brasil, do processo de regulação das relações de trabalho que toma forma a partir dos anos 1930, através do exame da experiência jurídica vivida por aqueles que buscavam esse meio institucional durante o período abordado, bem como o papel da Justiça do Trabalho no desenvolvimento e disseminação dos direitos sociais já estabelecidos em lei. Mais especificamente, pretende-se demonstrar o perfil e, com o passar do tempo, as mudanças no objeto das reclamações trabalhistas realizadas à 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre durante o lapso temporal compreendido entre junho de 1941 e dezembro de 1943. Para tanto, foram analisadas todas as reclamações feitas à 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre durante o período indicado, tomando-se como critérios principais para a catalogação dessas: a) os fatos narrados como fundamentos dos pedidos (isto é, os fatos que eram tomados pelos reclamantes como fundamentos de pretensões legais) e b) o enquadramento legal dos direitos postulados. A partir disso, deve ser evidenciada a pouca repercussão das inovações legais que informavam o novo “direito social” em formação e, por outro lado, uma expansão (ao longo do período) dos fatos sociais tidos como fundamentos de pretensões legais e, dessa forma, verbalizados em demandas judiciais, o que é indicativo, por sua vez, de uma consolidação da Justiça do Trabalho como espaço de satisfação de interesses e como instrumento de permeabilização das relações de trabalho pelo arcabouço normativo já estabelecido na época. Atentando à prática jurisdicional cristalizada nas fontes examinadas, portanto, pretende-se contribuir para a compreensão do processo de regulamentação das relações de trabalho no Brasil, em diálogo com a produção historiográfica voltada ao tema.

Palavras-chave: História do Direito do Trabalho; Estado Novo; Direito Social.

ABSTRACT

The work here exposed intends to explore the repercussion, in the initial years of the Labor Justice in Brazil, caused by the regulation process of the labor relations that takes shape from the 1930's, through the examination of the juridical experience lived by those who searched this institutional space during the period addressed, as well as the role of the Labor Justice in the development and dissemination of the social rights already established by labor legislation. More specifically, it is intended to demonstrate the profile and, in the course of time, the changes in the object of the claims made to the 1st Board of Conciliation and Judgment of Porto Alegre during the temporal lapse between June of 1941 and December of 1943. For this purpose, all the claims made to the 1st Board of Conciliation and Judgment of Porto Alegre were analyzed during the indicated period, taking as main criteria for cataloging these: a) the facts narrated as basis of the requests (that is, the facts that were taken by the claimants as base to legal pretensions) and b) the legal typification of the postulated rights. From this, must be emphasized the little impact of the legal innovations that informed the new "social law" in formation and, on the other hand, an expansion (over the period) of the social facts taken as basis to legal pretensions and, in this way, verbalized in judicial demands, which indicates a consolidation of the Labor Justice as space for the indulge of interests and as a permeabilization instrument of the labor relations by the normative framework established at the time. In view of the jurisdictional practice crystallized in the examined sources, therefore, it is intended to contribute to the understanding of the regulation process of the labor relations in Brazil, in dialogue with the historiography production directed to the theme.

Key words: History of the Labor Law; New State; Social Law.

INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento, o presente trabalho trazia como objetivo apresentar, a partir do exame das demandas judiciais levadas à 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, durante o período compreendido entre junho de 1941 e dezembro de 1943, a cultura jurídica que se vinha consolidando no sentido da autonomia de um novo “direito social”. Assim, o foco inicial da abordagem das fontes pesquisadas era direcionado ao discurso dos juristas protagonistas das discussões ali travadas. Nada obstante, a pouca ocorrência de discussões envolvendo questões de direito nos processos (que geralmente resultavam em conciliação), bem como o escasso manejo, pelas partes, da incipiente dogmática própria do que pode ser compreendido como uma disciplina de direito do trabalho (ou, em termos mais apropriados para o período, de um “direito social”) frustrou essa primeira expectativa. As conclusões proporcionadas por esses dados, com efeito, a despeito de significativas, não pareciam suficientes para desenvolver maiores conclusões sobre o contexto jurídico do período.

Dessa forma, um material informativo bastante rico presente nesses processos impôs a sua relevância, a partir do que novas perguntas e hipóteses foram formuladas. Apesar de padronizados e, em alguma medida, lacunosos, os Termos de Reclamação (documento redigido pelo funcionário da Junta de Conciliação e Julgamento contendo a narrativa exposta pelo reclamante) apresentavam, pela fidelidade e informalidade com que eram escritos, importantes indícios sobre a percepção que aqueles que buscavam a Justiça do Trabalho tinham da legislação social em vigência.

Pretende-se, com isso, apresentar uma leitura do processo de consolidação da Justiça e do direito do trabalho no Brasil que fuja da lógica “legalista” que orienta, em larga medida, os “excursos históricos” presentes em trabalhos jurídicos dedicados ao tema, onde a centralidade da lei e de processos legislativos costuma ser posta como chave de leitura para questões como as experiências jurídica e política do período em questão.

Desse modo, a partir do material aqui apresentado, pretende-se evidenciar a pouca utilidade do exame da produção legislativa que marca a Era Vargas para a compreensão da experiência jurídica vivida no início da Justiça do Trabalho. Mais:

pretende-se, em diálogo com a linha interpretativa dominante no campo da história social voltada ao estudo das relações de trabalho livre no Brasil¹, evidenciar a inexistência da suposta ruptura absoluta estabelecida entre um paradigma liberal da Primeira República e aquele inaugurado pela Revolução de 1930, quando, supostamente, a questão social teria finalmente deixado de ser apenas “questão de polícia”. Em outras palavras, pretende-se demonstrar, dentro das limitações impostas pela metodologia que orienta a pesquisa realizada, o que pode ser entendido como certa continuidade nas relações de trabalho de então, ou, mais precisamente, a pouca permeabilidade das relações de trabalho à legislação trabalhista já estabelecida.

Não obstante isso, não só as mudanças (ainda que limitadas) realizadas pela produção legislativa do período são enaltecidas, como o papel desempenhado pelo funcionamento da Justiça do Trabalho na criação de “sujeitos de direitos trabalhistas”² é aqui apresentado como objeto importante de análise. É esse o principal elemento, pois, que determinou o recorte temporal realizado: a partir de dezembro de 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho e a intensificação do papel desempenhado por Marcondes Filho na publicização das inovações trazidas pelo governo Vargas à população em geral, surgem variáveis que dificultam a avaliação dos impactos trazidos pelo funcionamento da Justiça do Trabalho na regulação das relações de trabalho e na publicização dos direitos sociais reconhecidos em lei.

Dessa forma, para além de demonstrar a pouca utilidade das dicotomias “legislação civil x legislação social” e “Primeira República x Estado Novo” para a compreensão da experiência jurídica vivida nas Juntas de Conciliação e Julgamento no início dos anos 1940, pretende-se expor ainda certas mudanças no perfil das

1 GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho – Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979; _____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988; BIAVASCHI, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Dissertação: UNICAMP, 2005; SOUZA, Samuel Fernando de. “Coagidos ou subornados”: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. Tese: UNICAMP, 2007; SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. *Lei e Costume: Experiências de Trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)*. Dissertação: Universidade Federal da Bahia, 2008.; SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda, 2016, etc.

2 BIAVASCHI, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Tese de doutorado: UNICAMP, 2005.

reclamações trabalhistas realizadas à 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre ao longo do período, a partir das quais deve ser possível observar o desenvolvimento de uma maior percepção, por parte dos trabalhadores, quanto a direitos já previstos em lei, mas de pouca repercussão prática.

A partir de premissas teóricas desenvolvidas por Edward P. Thompson e Pierre Bourdieu em relação ao direito, visto como “campo de conflito” [*field of conflict*]³ para o qual fatos do campo social devem ser traduzidos em termos jurídicos, sem o que não é possível “revelar os direitos e, simultaneamente, as injustiças (...)”⁴⁵ pretende-se demonstrar que a evolução no perfil de demandas levadas à 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre é indicativo de uma consolidação da Justiça do Trabalho como espaço de satisfação de interesses e como instrumento de permeabilização das relações de trabalho pela produção legal já estabelecida na época. Atentando à prática jurisdicional vista nas fontes examinadas, portanto, pretende-se contribuir para a compreensão do processo de regulamentação das relações de trabalho no Brasil que toma forma especialmente a partir da década de 1930.

Para tanto, o trabalho foi organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, buscou-se apresentar o movimento de produção acadêmica que surge no final da década de 1970 (dentro do qual se destaca a publicação da obra “A invenção do trabalhismo”, de Ângela de Castro Gomes, bem como a recepção no Brasil da obra de Edward P. Thompson) que serve de paradigma aos estudos históricos voltados ao tratamento jurídico das relações de trabalho que toma forma a partir da segunda metade dos anos 1980 e ao qual a presente pesquisa pretende se amoldar.

É com essa exposição, com efeito, que deve se desenhar o estado da arte desse campo de discussão histórica e evidenciar as premissas que orientam a linha interpretativa ali dominante, quais sejam: a recusa da tese segundo a qual seria possível perceber uma ruptura absoluta entre os período pré e pós 1930 no tocante à regulação estatal das relações de trabalho e a adoção das premissas teóricas

3 THOMPSON, Edward P. **Whigs & Hunters – The Origin of the Black Act**. London: Breviary Stuff Publications, 2013, p. 203

4 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 232

5 Aqui não se ignora o estranhamento que o uso conjunto e sem ressalva desses dois autores, para fins de enquadramento teórico do trabalho, possa causar. Assim, pretende-se esclarecer de modo mais detido de que modo e para quais fins específicos são utilizadas as contribuições de Bourdieu e Thompson na presente análise no tópico 1.2 desse trabalho.

(evidenciadas em especial na obra de Edward Thompon) que têm como resultado o enaltecimento do valor explicativo fornecido pela experiência concreta e pelas ações de sujeitos na produção daquilo que é indicado, na tradição marxista estruturalista, como “superestrutura”. Pretende-se evidenciar, com isso, dois pontos: em primeiro lugar, as consequências metodológicas decorrentes em especial dessa segunda premissa para o estudo da história do direito, o qual passa a demandar o uso de fontes primárias que permitam a aproximação da experiência concreta vivida no campo do direito em determinados contextos de tempo e espaço; em segundo lugar, a primeira premissa, que consiste na recusa do estabelecimento de um marco temporal categórico como chave de leitura do processo de regulação das relações de trabalho no Brasil, deve servir como orientação das reflexões aqui apresentadas, sendo, outrossim, confirmada pelo exame de fontes a ser exposto no capítulo 3º.

No segundo capítulo, será apresentado um breve esboço do contexto jurídico e institucional que marca a organização da Justiça do Trabalho no Brasil, de modo a estabelecer algumas premissas que facilitem a compreensão das questões a serem trabalhadas no exame das fontes realizado no capítulo 3º, relacionadas às mudanças na dogmática jurídica realizadas com a consolidação do novo “direito social” e à evolução da organização institucional do que se tornaria, a partir de 1941, a Justiça do Trabalho.

Nesse último capítulo, enfim, serão vistos, em seis tópicos específicos, as reflexões possíveis a partir do exame estatístico e qualitativo das 1940 reclamações levadas à 1ª JCJ de Porto Alegre durante o período, sempre realizada a partir das discussões que orientam o debate que envolve a história das relações de trabalho livre no Brasil apresentadas no capítulo 1º. O primeiro tópico desse último capítulo, dedicado ao exame do perfil das reclamações envolvendo aviso prévio e indenização por despedida, pretende explicar o padrão geral de reclamações, que, como ilustra essa categoria definida a partir da catalogação das diferentes ações examinadas (e que figura como mais representativa, do ponto de vista estatístico, do que qualquer outra), reflete pouco as inovações legais destinadas à regulação das relações de trabalho já estabelecidas na época. Nesse mesmo sentido, outrossim, são desenvolvidos os outros cinco tópicos que compõem o mesmo capítulo, com exceção do último (3.6), dedicado à reflexão sobre a postura da 1ª JCJ e à possibilidade ou impossibilidade de que se identifique uma tendência à parcialidade na resolução das demandas.

REFERÊNCIAS

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Lei no 556, de 25 de junho de 1850**. Código Comercial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. **Decreto n. 1.637, de 05 de janeiro de 1907**. Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. **Lei no 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. **Decreto n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919**. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. **Decreto n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940**. Aprova o regulamento da Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://portal2.trtrio.gov.br:7777/portal/page?_pageid=73,5714538&_dad=portal&_schema=PORTAL>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Lei no 62, de 05 de junho de 1935**. Assegura ao empregado da indústria ou do comércio uma indenização quando não exista prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato de trabalho e quando for despedido sem justa causa, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-62-5-junho-1935-557023-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. **Decreto n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl4682.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Decreto n. 4.982, de 24 de dezembro de 1925**. Manda conceder, anualmente, 15 dias de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, sem prejuízo de ordenado, vencimentos ou diárias e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4982-24-dezembro-1925-776548-publicacaooriginal-140498-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Decreto nº 19.667, de 4 de Fevereiro de 1931.** Organiza o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19667-4-fevereiro-1931-503116-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Decreto nº 20.886, de 30 de Dezembro de 1931.** Organiza o novo quadro do pessoal, administrativo, técnico e fiscal do Conselho Nacional de Trabalho e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20886-30-dezembro-1931-526738-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Decreto nº 21.396, de 12 de Maio de 1932.** Institue Comissões Mistas de Conciliação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21396-12-maio-1932-526753-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Decreto nº 22.132, de 25 de Novembro de 1932.** Institue Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamenta as suas funções. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22132-25-novembro-1932-526777-publicacaooriginal-82731-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Decreto nº 24.743, de 14 de Julho de 1934.** Regulamenta, alterando, o decreto n. 23.259, de 20 de outubro de 1933, que instituiu as Delegacias de Trabalho Marítimo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24743-14-julho-1934-526845-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. **Decreto-lei nº 1.237, de 2 de maio de 1939.** Regulamenta, alterando, o decreto n. 23.259, de 20 de outubro de 1933, que instituiu as Delegacias de Trabalho Marítimo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24743-14-julho-1934-526845-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

FONTES PRIMÁRIAS

Doutrina:

ACCIOLY, Mario. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão: **“Legislação do trabalho em 1834 – mudado o panorama social e político de 1834 para 1938, devemos ter orgulho dos estadistas que souberam legislar para os nossos dias”**. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 60, p. 91-114, ago. 1939.

ALENCAR, J. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho, Dulfe Pinheiro Machado: **“Filiação Histórica das leis sociais brasileiras – Seria injustificável, talvez, querer encontrar, em alguns textos elaborados em épocas por demais remotas para o caso, a descendência dos que estamos aplicando nos últimos tempos, em defesa do trabalho”**. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 86, p. 100-114, out. 1941.

BINET, Henri. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão: **“Os tribunais de trabalho – a história demonstra que é preciso tempo para criar a tradição, que inspira o respeito necessário às instituições; é esta uma necessidade a que não se podem subtrair as organizações criadas para a solução dos conflitos de trabalho”**. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 69, p. 127-131, mai. 1940.

BOLETIM DO MTIC, Rio de Janeiro, Ano II, 1935

BOLETIM DO MTIC, Rio de Janeiro, Ano II, 1936

BOLETIM DO MTIC, Rio de Janeiro, Ano II, 1939

BOLETIM DO MTIC, Rio de Janeiro, Ano II, 1942

REVISTA DO TRABALHO, Rio de Janeiro: Ano III, 1935

CASTRO, Augusto Viveiros de. **A questão social**. Rio de Janeiro: Livraria Editor Conselheiro Candido de Oliveira, 1920, p. 121.

CESARINO JUNIOR, Antonio Ferreira. **Direito Social brasileiro**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

_____. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão: **“Autonomia e posição enciclopédica do direito social – qual será a posição do direito social em relação aos outros ramos do direito? Uma vez estabelecida a autonomia do direito social, não poderemos colocá-lo em nenhuma das divisões já conhecidas do direito público ou do direito privado”**. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 66, p. 103-107, fev. 1940.

_____. **Direito Social brasileiro – contendo a matéria dos programas das Faculdades de Direito do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras do país**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

_____. **Direito Social brasileiro – contendo a matéria dos programas das Faculdades de Direito do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras do país. 2ª edição ampliada e atualizada, com remissões à consolidação das leis do trabalho (projeto).** São Paulo: Livraria Martins, 1943.

COELHO, Acrísio T. **A pena disciplinar de suspensão do serviço.** Revista do trabalho. Rio de Janeiro, v. 10, n. 9, p. 15-17, set. 1942.

FERREIRA, Waldemar. **Princípios de legislação social e de direito judiciário do trabalho** São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1938, vol. 1.

LOPES, Helvécio Xavier. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães: “ **Indemnização e reparação – a Lei n. 62 não derogou o estatuto dos códigos civil e comercial; antes, verdadeiramente os dispositivos se harmonizam e completam**”. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 19, p. 71-81, março 1936.

LINDENBERG FILHO, Henrique. “**O art. 81 do Código Comercial e a Lei 62**”. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 92, p. 45-59, abr. 1942.

MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário.** São Paulo, LTr, 1971

MENEZES, Geraldo Bezerra de: “**Pródromos da legislação do trabalho – o aparecimento das grandes empresas produtoras, criando novas situações econômicas, veio demonstrar absoluta impossibilidade de serem ajustados ao nosso tempo os velhos e acanhados processos contratuais no setor do trabalho**”. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 80, p. 75-83, abr. 1941.

PEREIRA, Alberto de Britto: “**As classes trabalhadoras no primeiro governo provisório e na constituinte de 1890 – ‘as classes proletárias estão mergulhadas no mais triste e desconsolador desengano’, exclamava da tribuna parlamentar, em fevereiro de 1891, o deputado José Augusto Vinhaes**”. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 55, p. 95-110, mar. 1939.

SODRÉ, Ruy de Azevedo. **O poder disciplinar na empresa econômica.** Revista LTr: Legislação do Trabalho : São Paulo. São Paulo, v. 5, p. 222-240, jan./dez. 1941

SOUZA, Antonio Pereira: “**O Estado corporativo português – os juizes de trabalho não obedecem, nas suas decisões, a instruções prévias ou ordens de serviço; julgam segundo a lei e a sua consciência, inspirando-se no espírito de equidade e conciliação, indispensáveis à paz social**”. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 54, p.100-112, fev. 1939.

VASCONCELLOS, Nilo de. **Comissões Mixtas de Conciliação.** Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, p. 63-69, out. de 1935

VIANA, Francisco José de Oliveira. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão: **“Indemnização e Reparação – A lei n. 62 não derogou o estatuido nos codigos civil e commercial; antes, verdadeiramente os dispositivos se harmonizam e completam”**. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 46, p. 65-68, mai. de 1936.

_____. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães: Rescisão brusca e rescisão injustificada. **“Não há nenhuma incompatibilidade entre o aviso prévio e a indenização que a Lei 62 assegura aos empregados despedidos sem justa causa, nem esta exclue aquele”**. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 21, p. 65-68, jun. 1936.

_____. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães: **“Direitos irrenunciáveis – ha direitos que são susceptíveis de renuncia, quer na conclusão do contracto, quer durante a sua execução, quer mesmo depois da sua dissolução”**. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 28, p. 97-104, dez. de 1936b.

_____. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão: **“Novos métodos de exegese constitucional – nem a constituição, nem nenhuma lei pode ser interpretada e entendida sem o pleno conhecimento dos fatos que lhe deram origem ou a que ela se vai aplicar”**. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 42, p. 87-86, fev. de 1938.

_____. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão: **“Os tribunais do trabalho e a sua competência normativa – enquadrar a justiça do trabalho na metodologia processualistica dos tribunais de direito comum é uma contradição substancial, que importaria em anular a própria razão de ser da instituição”**. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 45, p. 111-131, maio de 1938.

_____. Parecer aprovado pelo Ministro do Trabalho, Valdemar Falcão: **“Os conflitos coletivos do trabalho e a sua solução jurisdicional – o campo de ação e de competência da justiça do trabalho e dos seus tribunais especializados foi, em todos os tempos, o dos conflitos coletivos de natureza economica”**. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 46, p. 133-153, jun. de 1938.

Processos:

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho - 4a região. **Processo no. 97, de 1941**. Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre

_____. **Processo no. 183, de 1941**. Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. **Processo no. 223, de 1941**. Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 279, de 1941.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 225, de 1941.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 501, de 1941.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 601, de 1941.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 663, de 1941.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre

_____. _____. **Processo no. 787, de 1941.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre

_____. _____. **Processo nº. 817, de 1941.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo nº. 823, de 1941.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 829, de 1941.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo nº. 1445, de 1942.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 1921, de 1942.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 1983, de 1942.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre

_____. _____. **Processo no. 2111, de 1942.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre

_____. _____. **Processo no. 2.393, de 1942.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 2533, de 1942.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 2741, de 1942.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre

_____. _____. **Processo no. 2715, de 1943.** Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 3007, de 1943.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 3091, de 1943.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 3127, de 1943.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre

_____. _____. **Processo no. 3129, de 1943.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre

_____. _____. **Processo nº. 3131, de 1943.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo nº. 3347, de 1943.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 3643, de 1943.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 3707, de 1943.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

_____. _____. **Processo no. 4063, de 1943.** Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

FONTES SECUNDÁRIAS

BARTMANN, Tatiane. **Justiça do Trabalho: entre a “lei” e a “realidade” (1941-1945).** Dissertação de mestrado: PUCRS, 2014.

BATALHA, Claudio A **historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências.** In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158

BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas.** Tese de doutorado: UNICAMP, 2005.

BOSI, Alfredo. **A arqueologia do Estado-providência,** in: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 273-307.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CABRAL, Rafael Lamera. **Nos rastros de um processo: trabalho, conflito e uma experiência de micro-história.** Tese de doutorado: Universidade de Brasília, 2016.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980**. Cadernos AEL, v. 14, n. 26, 2009, p. 13-45.

CHAVES, Marcelo Antonio. **A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a Mediação das Relações de Trabalho (1911 – 1937)**. Tese de doutorado: UNICAMP, 2009.

CORTESE, Vicente de Azevedo Bastian. **Contribuições de Pierre Bourdieu à metodologia da história do direito**. In: XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS: Ensino, Direitos e Democracia, 2016, Santa Cruz do Sul. Ensino, Direitos e Democracia. Porto Alegre: ANPUH-RS. p. 1-10

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, verbete “Arnaldo Sússekkind”. Rio de Janeiro, FGV, CPDOC. Disponível em: <<>>

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel. 1976.

FELSTINER, William L. F.; ABEL, Richard L.; SARAT, Austin. **The emergence and transformation of disputes: naming, blaming, claiming...** In: Law and Society Review, vol. 15, 1980/1981, pp. 631-654

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. In Quaderni Fiorentini, 2006, p. 365-371.

FORNAZIERI, Lígia Lopes. **Entre conflitos e debates: a criação da Justiça do Trabalho no Brasil (1934-1943)**. Dissertação de Mestrado: UNICAMP, 2014.

FRENCH, John. **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho – Política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. **Empresariado e legislação social na década de trinta**. In: Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 252-280.

_____. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

_____. **Questão social e historiografia no Brasil pós-1980: notas para um debate**. In: Revista Estudos Históricos, no. 34, p. 157-186, julho-dezembro de 2004.

_____. **Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: a título de apresentação.** In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). **A Justiça do Trabalho e sua história.** São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira.** São Paulo: Hucitec / Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

LIMA, Marcos Alberto Horta. **Legislação e Trabalho e Controvérsias Historiográficas: O Projeto Político dos Industriais Brasileiros (1919-1930).** Tese de Doutorado: UNICAMP, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos.** Rio de Janeiro: A noite, 1952

MORAIS, Sérgio Paulo; ROCHA, Rafael Correia. **Uma entrevista com E. P. Thompson (1976).** In: História e Perspectivas, Uberlândia, v. 1, pp. 417-445, jan./jun. 2014

NEGRO, Antonio Luigi; Souza, Edinaldo Antonio Oliveira. **Que “fosse procurar os seus direitos” - Justiça do Trabalho e poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948).** In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. **A Justiça do Trabalho e sua história.** São Paulo: Editora Unicamp, 2013, 123-157

MUNAKA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

NUNES, Guilherme Machado. **“A Lei de Férias no Brasil é um aleijão”: greves e outras disputas entre Estado, trabalhadores/as e burguesia industrial (1925-1935).** Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. **“O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social.** Rio de Janeiro: Revan, 2013.

SCKELL, Soraya Nour. **Os juristas e o direito em Bourdieu: a conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica.** In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 1, 2003 pp. 157-178.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964.** São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Nauber Gavski da. **O “mínimo” em disputa: Salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)**. Tese: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SIQUEIRA, Gustavo S. **História do direito de greve no Brasil (1890-1946): criminalização, mito da outorga e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017

SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. **Lei e Costume: Experiências de Trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)**. Dissertação: Universidade Federal da Bahia, 2008.

SOUZA, Samuel Fernando de. **“Coagidos ou subornados”: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930**. Tese: UNICAMP, 2007.

_____. **“A questão social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica”: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923-1932)**. Cadernos AEL, v. 14, n. 26, 2009, p. 221-250.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos: As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50**. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

THOMPSON, Edward P. **The making of the english working class**. New York: Vintage Books, 1966.

_____. **The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century**. In: Past & Present, n. 50, fev. de 1971, pp. 76-136

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **As peculiaridades dos ingleses**, in: NEGRO, Antonio Luigi (org.) As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora Unicamp, 2001, p. 75-173.

_____. **Whigs & Hunters – The Origin of the Black Act**. London: Breviary Stuff Publications, 2013.

MORAIS, Sérgio Paulo; ROCHA, Rafael Correia. THOMPSON, Edward. P. **Uma entrevista com E. P. Thompson (1976)**. In: História e Perspectivas, Uberlândia, v. 1, pp. 417-445, jan./jun. 2014, p. 442.

WACQUANT, Loïc. **Esclarecer o habitus**. Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. n. 14, 2004.

VARGAS, João Tristan. **Ordem Liberal e Relações de Trabalho na Primeira República**. Tese de Doutorado: UNICAMP, 1999.

VIANNA, Luiz Wernek. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZATELLI, Gustavo Correa. **Judiciário, juristas e controle social: os processos-crime de vadiagem no Rio de Janeiro da Primeira República**. Dissertação: UFRJ, 2015.